

ATA DA 476^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de maio de 2024, a partir das 09:00h, ocorreu a 476^a Reunião do Conselho Fiscal da Eletros, por meio do link de videoconferência da plataforma Teams, em razão do modelo de trabalho híbrido, com a participação dos Conselheiros Fiscais Efetivos, Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro (Presidente), Alessandra Lemos de Souza, José Luiz Leduc e Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira e da Conselheira Fiscal Suplente Paula Isabel da Costa Barbosa. Tendo sido verificado o *quórum* mínimo previsto no Art. 45, § 2º do Estatuto da Eletros, teve início a reunião, a qual tratou dos temas pautados, conforme a seguir.

1. Plano de Trabalho Mensal do CFE. 1.1 - Avaliação da Planilha de Recomendações e Demandas.1.1.1 -Deliberação sobre atendimento, ou não, da Recomendação do CFE, por meio da verificação da ATA 513^a do CDE que aprovou a Tabela de Classificação de Criticidade e o critério de classificação a ser utilizado pela Auditoria Interna. Recomendação do CFE: “*RECOMENDOU que o critério de classificação dos riscos da Auditoria Interna da Eletros seja revisto de forma a considerar a avaliação da probabilidade e do impacto de um evento ocorrer face a avaliação dos controles e gaps, impactando, positivamente e/ou negativamente, o alcance dos objetivos da Fundação*” - Sobre o tema, considerando que o material basilar da reunião do CDE que aprovou a tabela de classificação de criticidade dos achados de auditoria, Reunião 513^a do CDE, foi o mesmo material – NT AUD-002/23, de 08/03/23, avaliado pelo CFE onde foi proferida a referida recomendação, e considerando que a principal atribuição de uma auditoria interna é avaliar a eficácia dos controles internos, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro propôs que o item permaneça pendente, pois não consta evidência em ATA do CDE de que a recomendação foi avaliada pelo órgão. Neste sentido, ressaltou a importância de que este assunto seja avaliado pelo CDE juntamente com as demais recomendações feitas pelo CFE sobre a Auditoria Interna, tanto quanto ao método de trabalho quanto à estrutura. Na oportunidade, o Conselheiro Efetivo Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira perguntou se havia sinalização do CDE sobre avaliação do tema, ao que foi respondido que durante a primeira reunião periódica entre os Conselhos, Deliberativo e Fiscal, fora afirmado pelo CDE que as recomendações do CFE seriam apreciadas pelo órgão e que as reuniões bimestrais entre os dois colegiados também serão oportunidades para



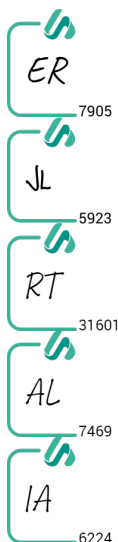
esclarecimentos concernentes as recomendações do CFE, caso necessário. Na sequência, a proposição foi aprovada por unanimidade.

1.1.2- Deliberação sobre atendimento, ou não, da Recomendação do CFE, que durante processo de migração, o CFE recomendou que: “devido ao processo em migração do Plano BD Eletrobras/Cepel iniciado em 04 de novembro de 2021, e ainda em curso, que seja evidenciado ao Conselho Deliberativo essa melhora estatística, como sendo uma informação relevante ao processo decisório - Tabela 1 – Percentis das taxas atuarias das simulações estocásticas”. Neste sentido, a DEE informou em 08/03/2024 - Planilha de Controle das Recomendações e demandas - que a ATA 459ª RCDE considerou a recomendação do CFE em sua tomada de decisão. Verificar evidência para deliberar sobre o assunto em pauta - Relativo à análise da resposta da Diretoria sobre o tema, o CFE verificou que a ata da 459ª reunião do Conselho Deliberativo da Eletros trata da aprovação das taxas de juros dos empréstimos financeiros para 2022. Embora não tenha sido apresentada evidência de encaminhamento da recomendação ao CDE, bem como do tratamento da recomendação pelo CDE em tempo do evento de migração, mas considerando a perda do objeto, já que a migração do Plano BD Eletrobras foi concluída, o Conselho Fiscal decidiu, por unanimidade, dar por encerrada a recomendação em tela.

1.2- Apresentação pela Secretária do CFE do Relatório de Status de Implementação das Recomendações do CFE –Sobre o tema, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro informou que a partir da reunião que houve com o Diretor Financeiro e a PRI no dia 08 de maio para alinhamento dos status das recomendações do CFE já seria possível que a Secretária realizasse *follow ups* com a Diretoria Executiva sobre os Planos de Ação para as recomendações que serão atendidas. Em resposta, a secretária disse que tão logo tenha retorno sobre os planos de ação, poderá providenciar o relatório. Na oportunidade, informou que as decisões da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo sobre atendimento ou não das recomendações e demandas do CFE devem ser formais estando dispostas em atas dos respectivos colegiados, incluindo, em caso de não atendimento, as correspondentes justificativas.

1.3 - Avaliação das Notas Técnicas para alienação e/ou arrendamento dos Imóveis, conforme item 3 – Acompanhamento Financeiro, subitem 2.4 do Plano de Trabalho Anual do CFE – Na oportunidade, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro passou a palavra ao

CFE/ika



Conselheiro Efetivo Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira para se manifestar sobre o tema. O Conselheiro disse que o material analisado apresentou as premissas adotadas pela Eletros e avalia como procedente a dificuldade no mercado atual para venda de imóveis, conforme apresentado nas Notas Técnicas. Complementou ainda, fazendo um paralelo com as demais entidades congêneres que passam pela mesma dificuldade e, que pôde constatar que a Eletros está envidando esforços para tratar do assunto da melhor forma, considerando em seus estudos as alternativas diante dos cenários possíveis e aplicáveis. Na sequência, o Conselheiro Efetivo José Luiz Leduc disse que, considerando o atual *status* do mercado imobiliário, não identifica oportunidades adicionais ao que está sendo feito. A Conselheira Efetiva Alessandra Lemos de Souza concordou com os demais e disse que o importante seria se manter o monitoramento, a fim de que não se perca o *timing* no caso de alguma mudança de cenário. Em continuidade, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliente Ribeiro disse que constatou nas Notas Técnicas apresentadas os esforços da Diretoria Executiva no sentido de estudar, analisar e monitorar o mercado imobiliário para subsidiar tomada tempestiva de decisão sobre o caso e rentabilidade do segmento. A Conselheira Suplente Paula Isabel da Costa Barbosa concordou com seus antecessores.

1.4 - Avaliação do Relatório Gerencial da Gestão do Contencioso, conforme item 3 – Acompanhamento Financeiro, subitem 2.6 do Plano de Trabalho Anual do CFE –

Sobre esse item, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliente Ribeiro expôs que o Relatório Gerencial demandado no Plano de Trabalho do CFE tem o objetivo de permitir ao CFE verificar a consistência dos critérios adotados na gestão do contencioso, as características da gestão de riscos e o tratamento dos passivos contingentes. Neste sentido, verificou a não atualização dos valores do contencioso e depósitos judiciais que estão paralisados em 31/12/2020 impactando as Demonstrações Contábeis de 2023 e contrariando às Normativas que regem o tema, entre elas a Resolução PREVIC nº 23, de 14/08/2023 e, antes de agosto de 2023, a Resolução PREVIC nº 21, de 21/03/2023. Adicionalmente, o Relatório Gerencial não continha a totalidade das informações demandadas de forma a permitir ao CFE identificar as atividades e práticas realizadas que visam minimizar os riscos, custos e impactos associados aos processos judiciais e administrativos visando a administração eficiente dos litígios e disputas legais. Sendo assim, sugeriu as seguintes recomendações: 1- Que a Diretoria Executiva estabeleça ações adequadas para supervisão das atividades e práticas: (i) para a gestão do contencioso de forma a atender às normativas legais; e (ii) para a administração eficiente dos litígios e disputas legais, bem como forneça os



relatórios gerenciais seguindo os padrões estabelecidos no plano de trabalho do CFE e; 2- Que o Conselho Deliberativo defina uma Política para Gestão do Contencioso com diretrizes claras para resolução de custos, mitigação de riscos, eficiência operacional, tomada de decisões informadas, prevenção de litígio, cumprimento de regulamentos e proteção da reputação. Ressaltou a importância da Diretoria fazer uma gestão mais próxima do Contencioso tendo em visto o risco de Não-Compliance da legislação e a desatualização dos valores contingentes que impactam as demonstrações contábeis. Na sequência, o Conselheiro Efetivo Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira disse que o tema era relevante e concordou que os valores precisam ser atualizados, mas entende que o Jurídico fica sobrecarregado e que isso é um trabalho desgastante em qualquer empresa, mas que o alerta fosse feito para que os demonstrativos fiquem fidedignos, embora entenda que isso não é algo trivial, pois depende de vários fatores, inclusive de jurisprudência. O Conselheiro Efetivo José Luiz Leduc concordou com seus antecessores. Na sequência, a Conselheira Efetiva Alessandra Lemos de Souza também disse que concordava com seus antecessores e que gostaria, para entender melhor o ocorrido, de ouvir do Jurídico e da Administração a razão da não correção de valores e se não havia realmente alguma política sobre o tema. A Conselheira Suplente Paula Isabel da Costa Barbosa concordou com os demais conselheiros. Ao fim das manifestações, o CFE decidiu perguntar, nesta reunião, a Gerência de Controladoria – DFC sobre os valores contingentes contabilizados e que a Gerência Jurídica- PRJ seria ouvida sobre o tema no horário pré-estabelecido em pauta.

1.5- Avaliação do Relatório Gerencial de Avaliação dos Gestores Externos, conforme item 5 – Avaliação de Investimentos, subitem 2 do Plano de Trabalho Anual do CFE –

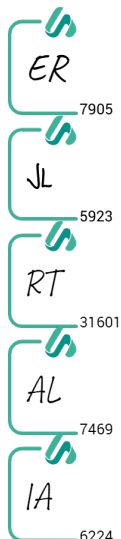
A Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro passou a palavra ao Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira que disse ter encontrado critérios e metodologia definidos e atualizados, não tendo maiores comentários a respeito. A Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro concordou com seu antecessor e disse que entendeu ser muito positivo o fato de a avaliação ser feita por uma área independente de quem seleciona os gestores externos. O Conselheiro Efetivo José Luiz Leduc disse que estava satisfeito com o processo apresentado. A Conselheira Efetiva Alessandra Lemos de Souza concordou com os demais no sentido de ter constatado que existe metodologia, processos e critérios bem definidos. Na sequência, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro disse que concordava com seus antecessores, pois foi possível verificar que os riscos de terceirização



relacionados à gestão de investimento realizada por gestores externos estão sendo avaliados e mitigados, evidenciando que: (i) o processo de seleção se utiliza de métodos e processos de avaliação de prestadores de serviços que asseguram a qualificação das empresas, bem como as avaliações são realizadas por um time e não apenas por uma única pessoa; (ii) os resultados contratados estão sendo acompanhados e avaliados por área independente (PRG) e apoio na geração de dados de empresas independentes (ADITUS e Quantum Axis); e, caso os resultados contratados não venham sendo atendidos, são direcionadas ações formais para avaliação de Comitê de Investimento. Destacou que, no caso relacionado ao Fundo da Hamilton Lane, a falta de segregação entre o administrador e o custodiante, pois ambas as funções são realizadas pelo BPG Pactual, sendo esse o único item que não trouxe conforto porque a segregação entre o administrador e custodiante é fundamental para garantir a integridade, transparência e segurança da gestão dos ativos. Dito isso, ficou decidido que o assunto seria tratado com o Diretor Financeiro quando de sua entrada na reunião, visando o entendimento dos riscos vis-à-vis a estratégia relacionada.

1.6 Avaliação do Relatório Gerencial de Custos com a Administração dos Investimentos, conforme item 5 – Avaliação de Investimentos, subitem 3 do Plano de Trabalho Anual do CFE- Sobre este tema, o Conselheiro Efetivo Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira disse que não tinha o que comentar. A Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro também disse que não vislumbrou nada que merecesse maior atenção, estando os custos associados aos investimentos em linha com o padrão de mercado. Os demais conselheiros concordaram com seus antecessores.

1.7- Avaliação do Relatório de Status de Implementação das estratégias de mitigação dos Riscos, conforme item 7 – Gestão de Riscos e Controles Internos, subitem 2 do Plano de Trabalho Anual do CFE – A Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro disse que não foi apresentado o Relatório Gerencial de Status de Implementação das estratégias de mitigação dos Riscos, de forma a permitir ao CFE a supervisão e monitoramento da gestão dos riscos e dos controles internos da fundação, assim como, assegurar aos participantes e patrocinadoras que a gestão dos riscos seja efetiva, eficaz e que os controles internos estavam em conformidade legal e regulatória. Disse ainda, que a apresentação encaminhada não informa os riscos que estão sendo gerenciados e as ações que estão em andamento para estruturar o gerenciamento de riscos. Na sequência, abriu a palavra aos demais conselheiros. Na oportunidade, o



Conselheiro Efetivo Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira sugeriu que fosse solicitada uma apresentação. Em resposta, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro disse que poderia haver, ao menos, um relatório apresentado pela área com prazos para os itens não atendidos. O Conselheiro Fiscal Efetivo José Luiz Leduc concordou com a Presidente do Conselho Fiscal e aditou que os relatórios precisam ser feitos e seguir as necessidades do CFE, conforme apontado no Plano Anual do colegiado, de forma a possibilitar a realização das atribuições deste órgão. Na sequência, a Presidente do CFE colocou o assunto em votação, no sentido de que fosse retirado de pauta, tendo em vista não ter sido apresentado o Relatório demandado para análise do CFE e que a gerente da área fosse ouvida e que fossem fornecidas as devidas justificativas para não apresentação do material demandado no Plano de Trabalho do CFE, o que foi aprovado por todos os conselheiros.

1.8. Avaliação do Relatório Gerencial de Acompanhamento das Recomendações das Auditorias, conforme item 8 – Auditorias, subitem 4 do Plano de Trabalho Anual do CFE

A Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro disse que foi possível verificar que a Auditoria Interna realiza o acompanhamento das recomendações feitas em auditorias anteriores, tanto relativas aos trabalhos da própria auditoria interna quanto das auditorias das patrocinadoras. Disse ainda que o relatório informa que não constam recomendações das auditorias externas e órgãos fiscalizadores e que algumas informações solicitadas pelo Conselho Fiscal não foram coletadas durante trabalhos de auditoria realizados em exercícios anteriores, o que inviabilizou o respectivo atendimento integral ao Relatório Gerencial demandado no Plano de trabalho Anual do CFE. Aditou que esse relato demonstra comprometimento da auditoria em cooperar, indicar e compartilhar informações relevantes ao Conselho Fiscal. Na oportunidade, parabenizou a Auditoria Interna pelo avanço no atendimento ao demandado pelo Conselho Fiscal e registrou sua satisfação com o relatório apresentado, e entendendo que os trabalhos da auditoria irão caminhar na direção de permitir o atendimento integral às demandas do CFE. Sobre o tema, todos os conselheiros manifestaram concordância com a opinião da Presidente do Conselho Fiscal.

2 – ATAS das Reuniões da Diretoria, do Conselho Deliberativo e dos Comitês; 2.1. Examinar se os Atos de Gestão Praticados pelos Colegiados de Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva estão aderentes às competências estipuladas no Estatuto Social e Legislação



- Foi iniciada a análise das atas, conforme a seguir: **1. Atas da Diretoria Executiva – 1.1.1- 1283ª reunião – Item 2** - Apreciação da ata 472ª reunião do CFE- Considerando as respostas registradas pela Diretoria Executiva, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliente Ribeiro solicitou à secretária que fosse atualizada a planilha de recomendações e demandas do CFE. **1.1.2 - Item 4 – Conformidade das assinaturas das atas** – Sobre este item a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliente Ribeiro aduziu que deveria ser feita a devida correção pois a minuta da ata da 473ª reunião do CFE não fora liberada pela PRI em dia 12 de março, mas sim no dia 26 de março. Aproveitou a oportunidade para dizer que deve ser sempre informada a data da efetiva liberação da minuta da ata pela PRI e não a data do prazo regimentar. **1.2 - Ata da 1284ª reunião – 1.2.1 - Item 2 - Aprovação da contratação Trust** – Sobre este item, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliente Ribeiro aduziu que, para melhor acompanhamento da execução orçamentária pelo Conselho Fiscal, seria importante que constasse da Nota Técnica a declaração de impacto no alcance dos objetivos definidos e, dos riscos em função do remanejamento de verba. O que foi acompanhado por todos os demais Conselheiros. **1.2.2 - Item 12 – Status do PDTI** – Sobre este item, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliente Ribeiro registrou a melhora significativa no método de acompanhamento das ações de TI. Destacou a importância e necessidade do acompanhamento do Comitê de TI, onde participa membro do CDE, para avaliar os indicadores chaves de desempenho, em especial o indicador de acordo de níveis de serviço para o Fornecedor Siquia que está bem abaixo da meta estabelecida. Neste sentido, é importante avaliar o esforço / custo de atendimento vis-à-vis uma solução integrada, em especial pelo fato de não ter identificado na ata de DEE registros sobre avaliação do não cumprimento de SLA e o procedimento a ser adotado neste caso. Ressaltou que seria importante que o CDE avaliasse no Planejamento Estratégico os indicadores de níveis de serviço que não estão sendo atendidos. A Conselheira Efetiva Alessandra Lemos de Souza concordou que os resultados dos indicadores deveriam ser observados como instrumentos de gestão. **1.2.3 - Item 14.2 - Materialização de Perda, Estorno Itaú e Reembolso BRADESCO-** Sobre este item a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliente disse ser importante solicitar ao Diretor Financeiro atualização sobre o tema, por ocasião de sua entrada em reunião. **1.3 -Ata da 1285ª reunião** – Sobre esta ata não houve qualquer manifestação. **1.4 - Ata 1286ª reunião – 1.4.1 - Item 5 - Aprovação: Aquisição de Serviços de Consultoria Carreira Mulher-** Sobre este item a Conselheira Fiscal Efetiva Alessandra Lemos de Souza disse que ficou muito satisfeita com a contratação, pois denota a iniciativa da Eletros



7905



5923



31601



7469



6224



em estar atenta às questões de equiparação salarial e tratamento equânime de gêneros. **1.4.2 - Item 2 - Aprovação: Renovação contratual da Oracle Cloud Infrastructure (OCI)** - Sobre o tema, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante aduziu ter notado uma diferença entre o valor contratado anual R\$ 79.582,00 e o constante da resolução de DEE aprovada no valor de R\$ 91.519,00, o que iria esclarecer por ocasião da entrada do Diretor Financeiro na reunião. **2. Atas do Conselho Deliberativo- 2.1 - Ata da 544ª reunião - Item 3 Presença do Conselho Fiscal para Nivelamentos com o CDE a Convite do CDE** - Sobre esta reunião, o Conselheiro Efetivo Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira indagou à Presidente do CFE se houvera retorno sobre o tema relacionado à secretaria do CFE, ao que foi respondido de forma negativa. Na oportunidade, a Presidente disse que iria chamar a Secretária Geral para ser ouvida em reunião do CFE sobre o uso da Plataforma Atlas para controle das recomendações e demandas em sistema formal corporativo de Governança de forma tempestiva aos seus registros nas Atas. **2.2 - Ata da 546ª reunião** - Sobre esta ata não houve qualquer comentário, ressaltada a importância de atualização do ALM.

3. Informações da Diretoria - 3.1. Acompanhamento sobre a Elaboração do Planejamento Estratégico/Alteração do Estatuto (DEE)- Ingressou na reunião o Diretor Financeiro Luiz Guilherme Nobre Pinto. Na oportunidade, informou que o Conselho Deliberativo marcou reunião para o dia 14 de junho destinada a tratar, especificamente, do Planejamento Estratégico. Acrescentou que, na oportunidade, a alteração do Estatuto será considerada como um dos pontos a serem avaliados, principalmente, no que se refere a inclusão da figura do Instituidor. **3.2. Acompanhamento das Recomendações e Demandas do CFE (DEE)** -O Diretor Financeiro Luiz Guilherme Nobre Pinto falou sobre a reunião de trabalho de 08 de maio do ano corrente realizada com a sua presença, da Presidente do Conselho Fiscal e a Coordenação de Compliance e Governança - PRI, oportunidade em que foram esclarecidas as dúvidas e que teve como consequência, o encaminhamento das recomendações para as áreas da Eletros e para o Conselho Deliberativo. Esclareceu que a Diretoria Executiva ainda não havia se debruçado sobre as partes que lhe cabiam em função dos problemas de saúde que o acometeram recentemente, mas que iriam fazê-lo. **3.3. Tema Livre (DEE)**- O Diretor Financeiro Luiz Guilherme Nobre Pinto mencionou o relatório feito pela Coordenação de Compliance - PRI, tendo como principais volumes as Resoluções PREVIC nº 23 de 14 de agosto de 2023 e CVM 175 de 23 de dezembro de 2022 e as respectivas alterações, como normativos que impactaram as áreas da Eletros. Na sequência, a Presidente do Conselho Fiscal

CFE/ika



ER 7905
JL 5923
RT 31601
AL 7469
IA 6224

Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro informou ter percebido um grande avanço da coordenação PRI na gestão de Compliance. Acrescentou a importância da PRI neste processo de coordenação das ações para a avaliação de impacto pelas áreas de negócio onde devem ser verificadas necessidades de alteração e/ou criação de processos; procedimentos e demais normativas institucionais; customizações de sistemas e capacitação e/ou alteração no quantitativo dos recursos humanos para atendimento às novas diretrizes legais. O Diretor Financeiro disse que seria necessário esperar o retorno das áreas para poder mensurar todos os impactos e que os ajustes são parte do processo. Ainda em tema livre, mencionou ainda, a cobrança aos participantes que perderam a ação relacionada ao artigo 61. Disse que o desconto ocorrerá na folha de pagamentos de junho de 2024 e que seria um impacto expressivo. Na oportunidade, o Conselheiro Efetivo José Luiz Leduc perguntou se foram feitas comunicações aos participantes a esse respeito, ao que foi respondido de forma positiva pelo Diretor Financeiro que mencionou a publicação no site, e-mail específico para cada participante e que estavam avaliando o nível de abertura de e-mails dos participantes para também enviar comunicado físico. Acrescentou que foram feitas duas reuniões com a Apel e outra com a PREVIC sobre o tema. Aditou que ainda estão em fase de simulação com relação aos valores retroativos, tendo sido feito também *benchmarking* com entidades do segmento, visando buscar a melhor solução. Perguntado sobre a avaliação dos riscos, o Diretor Financeiro disse que havia o risco de inadimplência de empréstimos e preocupação quanto ao plano de saúde, e que a FABES também está sendo considerada nos estudos como alternativa de apoio. Acrescentou que haveria uma reunião no dia 14 do mês corrente com o Conselho Deliberativo para tratar especificamente sobre o Plano BD Eletrobrás. Na sequência, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro perguntou se havia um cronograma de eleição e indicação e o Diretor Financeiro disse que ainda não tinha informação a respeito. Na sequência, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro solicitou ao Diretor Financeiro a atualização sobre o tema "Materialização de Perda, Estorno Itaú e Reembolso BRADESCO" constante do item 14.2 da 1284ª reunião de Diretoria Executiva". Em resposta, o Diretor Financeiro disse ter recuperado 75% do valor e que teve uma reunião com o Diretor do BRADESCO para discutir a restituição do restante do valor (R\$25.000,00) e que aguarda retorno daquele diretor, uma vez que a Eletros entende que cabe ao banco arcar com todo o prejuízo e não apenas com parte dele, como ocorreu, já que a Entidade tem todas as evidências da falta de orientação do Bradesco. Em continuidade, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro solicitou esclarecimentos ao Diretor Financeiro sobre o Item 2 da Ata da 1286ª reunião



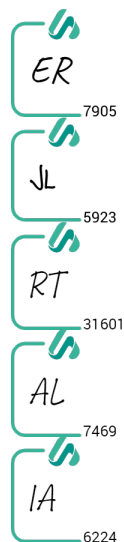
da Diretoria Executiva que tratou da aprovação da renovação contratual da *Oracle Cloud Infrastructure* (OCI) e a divergência de valores encontrados entre o valor contratado anual e o constante da proposta da empresa Oracle. Na oportunidade, o Diretor Financeiro disse que encaminharia o e-mail que recebera do Coordenador de TI sobre o tema para melhor esclarecimento do CFE sobre o assunto, uma vez que ele próprio também houvera feito o mesmo questionamento e estava satisfeito com o argumento nele apresentado. Em continuidade, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro mencionou a avaliação do processo de seleção de gestores pelo CFE e informou que o este foi considerado bem constituído pelo CFE, acrescentando apenas que foi constatado pelo colegiado que, no caso Hamilton Lane, não havia segregação entre a administração e a custódia e gostaria de entender como a Diretoria Executiva avaliou esse risco, vis-à-vis a estratégia adotada. Em resposta, o Diretor Financeiro disse que esse fundo tem mais um ano de prazo restante (era de 10 anos), é um fundo diferenciado, a rentabilidade é muito boa, os recursos são pequenos em relação ao retorno que houve e o movimento de segregação de custódia/administração pode gerar um custo maior, não compensando essa alteração, tendo em vista o baixo risco, acrescentando que a taxa de administração e custódia é decrescente e está muito baixa nesse período final. De todo modo, o Diretor Financeiro colocou-se à disposição caso o Conselho Fiscal julgue necessária uma apresentação específica sobre o caso.

4. Rentabilidade dos Planos / Acompanhamento das Metas dos Planos

– Ainda presente, o Diretor Financeiro Luiz Guilherme Nobre Pinto fez apresentação sobre o tema. Acrescentou que a bolsa caiu muito no último ano, o cenário piorou muito, mas os ativos têm preços muito interessantes do ponto de vista de expectativa de retorno, sendo necessário aguardar. Feitos os esclarecimentos suscitados, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro abriu a palavra aos demais conselheiros que agradeceram a presença e a apresentação do Diretor Financeiro Luiz Guilherme Nobre Pinto, o qual se colocou à disposição do CFE para o que fosse necessário.

5. Apreciação do Balancete de Março/2024 e 6. Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária - Março/2024

- Ingressou na Reunião a Gerente de Controladoria – DFC Renata Ferretti. Na sequência, iniciou a apresentação sobre as informações contábeis e orçamentárias dos planos, considerando o balanço patrimonial, os recursos garantidores, a composição dos investimentos, rentabilidade dos planos, composição do déficit/superávit, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido,



Acompanhamento Orçamentário PGA (Visão Geral) e DPGA. Ao fim da apresentação, colocou-se à disposição do Conselho Fiscal para esclarecimentos que se fizessem necessários. Na oportunidade, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro abriu a palavra aos demais conselheiros que agradeceram a apresentação. Na sequência, a Conselheira Suplente Paula Isabel da Costa Barbosa indagou à expositora sobre a razão de existência de déficit no Plano CD Eletrobras, uma vez que, ao seu ver, se trata de um plano de contribuição definida. Em resposta, a Gerente de Controladoria – DFC Renata Ferretti disse que o Plano CD possui uma parcela destinada à cobertura de benefícios de risco que tem uma característica diferente do restante do plano e que ele é, na realidade, um Plano de Contribuição Variável. Complementando, o Conselheiro Efetivo José Luiz Leduc disse que essa nomenclatura de plano ainda não havia na época da criação do plano CD Eletrobrás. O Diretor Financeiro disse que, na realidade, o plano oferece a possibilidade de Renda Vitalícia após os 75 anos, que tem uma característica semelhante à de um plano de benefício definido, podendo gerar *déficit* ou *superavit*, mas que a grande maioria dos participantes optam por não ter essa possibilidade de Renda Mensal Vitalícia, preferindo optar pela renda certa. Na sequência, a Presidente do Conselho Fiscal falou sobre o relatório gerencial de gestão do contencioso tratado pelo colegiado no item 1.4 da pauta. Disse que no relatório da área jurídica há uma menção à resolução de regência ser a Resolução PREVIC 18/2022 que prevê estagnar os valores de depósitos judiciais em dezembro de 2020, bem como informa os valores contingentes paralisados em dezembro de 2020. Neste sentido, o colegiado gostaria de confirmar com a gerente de controladoria se os valores contingentes contabilizados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores depósitos judiciais, são aqueles informados na planilha da gerência jurídica para a Controladoria e se estavam realmente congelados em 2020. A Gerente de Controladoria Renata Ferretti disse que, de fato, atualmente, essa restrição legal não existe e que tem recebido informações sobre os valores de depósitos judiciais congelados em 2020. Acrescentou que a questão do depósito judicial é um assunto bem complexo no que se refere à obtenção dessas informações sobre atualizações junto às instituições. Disse ainda que a restrição à atualização de depósitos judiciais apenas por ocasião dos levantamentos dos alvarás existiu até a Resolução PREVIC 18/2022 que revogou a instrução Normativa PREVIC 31/2020 e retirou a menção ao depósito judicial, cabendo a entidade fazer ou não fazer a atualização em função da informação que for recebida. Na sequência, a Presidente do Conselho Fiscal agradeceu à Gerente de Controladoria Renata Ferretti pela apresentação, esclarecimentos, transparência e solicitude, no que foi acompanhada pelos demais conselheiros.

ER

7905

JL

5923

RT

31601

AL

7469

IA

6224



7. Gerências que podem ser convidadas para esclarecimentos adicionais de temas avaliados pelo CFE no item 1 – Dado adiantado do horário e considerando ter ouvido a área de controladoria o CFE decidiu, por unanimidade, pautar para a próxima reunião a área jurídica. Na oportunidade, a Presidente do Conselho encaminhou para votação recomendação para atendimento à Resolução PREVIC nº 23/23. A Conselheira Alessandra Lemos reforçou que gostaria de entender e conhecer mais detalhes da área, além dos motivos da não atualização dos valores antes do registro de recomendações e por isso votou contrário. Após entendimentos do colegiado ficou decidido, por maioria dos presentes, uma recomendação à Gerência Jurídica da Eletros que adeque seus processos, práticas, procedimentos e normativas para atender as legislações concernentes à passivos e ativos contingentes e que tais valores sejam adequadamente informados para a área contábil, bem como seja fornecido plano de ação para que o CFE e demais órgãos de governança tenham possibilidade de acompanhar as ações para atendimento às legislações de forma a não impactar as próximas demonstrações contábeis.

8. Assuntos Gerais - Não houve.

8.1. "Apresentação sobre a Estratégia Previdenciária da Eletrobras que envolve as Fundações que ela patrocina" – Cons.º Rudolph Teixeira – Fazendo uso da Palavra, o Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira fez apresentação sobre o tema e esclareceu as dúvidas do colegiado. **8.2. Informes da secretaria do CFE-** Não houve. **8.3. Tema livre** - Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal deu por encerrada a reunião e solicitou a mim, Ivania Knupp Araujo, que a secretariei, que lavrasse a presente Ata, a qual lida e aprovada, e assinada pelos Conselheiros Fiscais presentes à reunião.



Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro

7905

Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro

Presidente do Conselho Fiscal



José Luiz Grunewald Miglievich Leduc

5923

José Luiz Leduc

Conselheiro Fiscal





Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira

³¹⁶⁰¹
Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira
Conselheiro Fiscal



Alessandra Lemos

⁷⁴⁶⁹
Alessandra Lemos de Souza
Conselheiro Fiscal Suplente



Ivania Knupp Araujo

⁶²²⁴
Ivania Knupp Araujo
Advogada Sênior - Coordenação de Compliance e Governança - PRI



Ata da 476ª RCFE_Consolidada (3).docx

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: F910E-B0222-984A5



Solicitação de assinatura iniciada por: Ivania K. A. em 12/08/2024

Assinaturas



José Luiz Grunewald Miglievich Leduc
Assinou Eletronicamente



5923

Assinou em: 12 de agosto de 2024, 17:48:47 | E-mail: jlg*****@gm***** | Endereço de IP: 242.129.35.232 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Atlas App (3.0.74), iOS | Celular: *****3324



Ivania Knupp Araujo
Assinou Eletronicamente



6224

Assinou em: 12 de agosto de 2024, 17:49:00 | E-mail: iva***@el***** | Endereço de IP: 187.16.70.26 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 127.0.0.0, Windows 10 | Celular: *****9867



Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro
Assinou Eletronicamente



7905

Assinou em: 12 de agosto de 2024, 18:09:24 | E-mail: eli*****@ho***** | Endereço de IP: 179.218.1.8 | Segundo Fator de Autenticação: Whatsapp | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 127.0.0.0, Windows 10 | Celular: *****8152



Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira
Assinou Eletronicamente



Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira
31601



31601

Assinou em: 13 de agosto de 2024, 09:11:54 | E-mail: rud*****@el***** | Endereço de IP:
200.201.184.250 | Segundo Fator de Autenticação: Whatsapp | Dispositivo/Aplicativo: Chrome
127.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-6528



Alessandra Lemos
Assinou Eletronicamente



Alessandra Lemos
7469



7469

Assinou em: 13 de agosto de 2024, 14:46:52 | E-mail: ale***@on***** | Endereço de IP:
177.128.117.60 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 127.0.0.0,
Windows 10 | Celular: *****9842